

Políticas Públicas para a Educação: uma descrição do Prouni e seu *Policy Cycle*

Joeslaine da Cruz Malko; Antônio Gonçalves de Oliveira

PET Políticas Públicas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná,
agoliveira@utfpr.edu.br

Resumo

As Políticas Públicas são a forma de o governo intervir nos problemas da sociedade a fim de atingir o objetivo do Estado, de realizar o bem público. O presente artigo tem caráter teórico descritivo e visa fazer uma descrição do Prouni e das fases do processo de desenvolvimento desta Política Pública de Educação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de sanar as dúvidas existentes em relação ao conceito de Políticas Públicas e suas fases de elaboração, permitindo uma descrição clara e objetiva do processo de desenvolvimento do Prouni. Inicia-se apresentando uma breve revisão teórica juntamente à apresentação dos materiais e métodos, seguida dos resultados e discussão, conclusão, agradecimentos e apresentação de referências. Procura-se expressar as informações de forma clara e objetiva, proporcionando ao leitor uma melhor compreensão acerca do tema.

Palavras-chave: Agenda Setting; Bolsas de Estudo; Ensino Superior; Governo; Programa.

Introdução

É dever do Estado assegurar os direitos coletivos e individuais dos cidadãos, e este o faz através de Políticas Públicas. Não existe um conceito único para definir o que vem a ser as Políticas Públicas, mas estas podem ser descritas como a forma de o governo intervir nos problemas da sociedade, podendo ser descritas também como o que o governo escolhe fazer ou deixar de fazer (SILVA, 2012, p.17). O presente artigo tem caráter teórico descritivo, e visa fazer uma descrição do Programa Universidade Para Todos (Prouni), destacando o seu *Policy Cycle* (processo de desenvolvimento de uma Política Pública). Para este trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de descrever os estágios de desenvolvimento do Prouni, proporcionando uma melhor compreensão acerca desta política e dos passos necessários para o desenvolvimento de uma Política Pública.

Material e métodos

Para o desenvolvimento deste artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, explorando os conceitos de Políticas Públicas e de *Policy Cycle* através de referenciais teóricos.

O governo representa o Estado, e deve agir de modo a atingir os objetivos do mesmo, dentre eles, o a realização do bem público. Com o decorrer do tempo, surgem demandas sociais que devem ser atendidas pelo governo, no seu papel de representante do Estado, a para que possa atender à essas demandas, o governo cria o que chamamos de Política Pública. São muitas as definições de Política Pública, mas para este trabalho escolheu-se a definição de Birkland, contida na obra de Silva (2012, p.17), que descreve Política Pública como sendo aquilo que o governo escolhe fazer ou deixar de fazer. As Políticas Públicas possuem um ciclo de desenvolvimento, denominado *Policy Cycle*, que é constituído de cinco etapas, sendo elas, a identificação do problema, *agenda setting* (ou agendamento), a elaboração de programas de decisão, a implementação de políticas, e por fim, a avaliação e correção das políticas implementadas (SILVA, 2012, p. 25 a 30).

A descrição de cada etapa do desenvolvimento de uma Política Pública será feita na sessão seguinte, onde será descrito o *Policy Cycle* do Prouni.

Resultados e discussão

Visando ampliar o acesso ao Ensino Superior no país, o governo brasileiro criou em 2004 o Programa Universidade Para Todos, o Prouni, regulado pela Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, que foi substituída em 2005 pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O programa consiste na concessão de bolsas de estudo parciais e integrais em instituições privadas de ensino superior à estudantes de ensino médio oriundos de escolas públicas, ou de escolas privadas na condição de bolsistas, que ainda não possuam formação de nível superior, ou seja, só poderão ter acesso aqueles que ainda não possuírem diploma de graduação (PROUNI, 2015).

Na etapa de identificação do problema, observou-se que a educação estava estagnada e foi identificada a necessidade de aumentar o acesso dos brasileiros ao ensino superior, além da identificação da necessidade de se reduzir os gastos públicos e da dificuldade de acesso da população às instituições privadas de ensino superior, devido à baixa renda.

Na fase de *agenda setting* (agendamento), as demandas observadas são levadas à discussão, identificando os principais envolvidos, neste caso os estudantes do ensino médio oriundos da rede pública de ensino ou da rede privada na condição de bolsistas, as instituições privadas de ensino superior e o próprio governo, visto que o

desenvolvimento da educação e conseqüentemente do país é de seu interesse. As necessidades são discutidas pelos grupos de interesse e faz-se a identificação de seus principais aspectos.

Em seguida, tem-se a fase de elaboração de programas e decisão, onde são apresentadas propostas de solução para os problemas identificados, e uma delas é escolhida e levada a votação para ser aprovada e implementada, e no caso em estudo a solução proposta para aumentar o acesso ao ensino superior e reduzir os gastos públicos, foi a concessão de bolsas para acesso ao ensino superior em instituições privadas. Cria-se então o Prouni, o Programa Universidade Para Todos.

Após sua criação o programa deve ser implementado e para a implementação do Prouni o governo fez uma parceria com as instituições privadas de ensino superior, em que estas recebem isenção fiscal para que ofereçam bolsas de estudo parciais e integrais para os estudantes de ensino médio oriundos da rede pública de ensino, ou da rede privada na condição de bolsista, que ainda não possuam graduação. A política também foi aliada à outros dois programas, o Enem e o Fies, pois para ter acesso ao Prouni o estudante deve fazer o Enem, e nos casos de bolsa parcial é possível financiar o restante pelo Fies. Para ter acesso às bolsas integrais o estudante deve ter renda familiar per capita inferior à um salário-mínimo e meio, e para as bolsas parciais a renda per capita não pode exceder o referente a três salários mínimos.

Após a implementação, a política deve ser avaliada, e se necessário, devem-se fazer correções. No caso do Prouni, o número de bolsas foi ampliado ao longo do desenvolvimento do programa e no ano de 2015, houveram algumas mudanças nas condições de acesso. Até 2014 era permitido que o estudante disfrutasse dos benefícios do Prouni e do Fies simultaneamente em cursos e/ou instituições diferentes, agora, a partir de 2015, isso não será mais possível, o estudante só poderá desfrutar de ambos os benefícios se for no mesmo curso e na mesma instituição, ou seja, os benefícios só poderão ser usados como um sendo complemento de outro, em apenas um curso. Esta medida evita o acúmulo de benefícios por uns e a perda de oportunidades por outros.

Conclusão

A partir desta pesquisa pode-se perceber que uma Política Pública passa por diversos estágios de desenvolvimento, podendo demorar mais ou menos tempo para ser implementada dependendo do desenrolar de cada estágio. Nota-se também que o governo não é o único participante dos processos de desenvolvimento destas políticas, os cidadãos e o setor privado, e a sociedade como um todo, tem um importante papel na

apresentação das demandas e avaliação da efetividade das políticas implementadas. Desde a implementação do Prouni em 2004, houve um significativo aumento no número de ingressantes e concluintes em cursos de nível superior de instituições privadas. Esse aumento nas oportunidades de acesso ao ensino superior faz com que aumente o número de profissionais qualificados e conseqüentemente a qualidade da produção e o desenvolvimento do país. Para melhorar ainda mais o desempenho desta Política Pública é necessário investir na educação de base, para possibilitar um maior aproveitamento dos cursos superiores e evitar a evasão, aumentando conseqüentemente o número de conclusões dos cursos. Também é importante que se ofereçam bolsas em outras modalidades, como por exemplo, bolsas para cursos de especialização, neste caso as bolsas poderiam ser oferecidas tanto por instituições privadas, quanto públicas. Outra possibilidade é associar a oferta de bolsas com programas de oportunidades de trabalho, para que os estudantes possam exercer suas profissões, através de programas de estágio, trainee e emprego, programas estes oferecidos pelo governo, com ou sem parceria com instituições privadas.

Agradecimentos

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente meu namorado Brendon Leonam Pasquim, por todo o apoio e incentivo; minha colega de curso Heloísa Sbrissia Selzler, pelas sugestões; meu tutor, Antônio Gonçalves de Oliveira (coautor deste artigo) pela orientação, meus colegas de Grupo PET, pelo apoio, e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná juntamente com o MEC, pelo financiamento de minhas atividades.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 01 mar. 2015.

PROUNI. O Prouni. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php>. Acesso em: 01 mar. 2015.



XVIII ENCONTRO DOS GRUPOS PET DA REGIÃO SUL
18 a 21 de abril de 2015
LONDRINA

PROUNI 2015. **Mudanças nas regras do Prouni 2015.** Disponível em:

<<http://www.prouni2015.com/mudancas-nas-regras-prouni-2015.html>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 15-33.

